

Cidades e vilas da Amazônia colonial*

Alfrio Cardoso**

Rafael Chambouleyron***

Resumo: Este artigo discute aspectos da construção das cidades e vilas da Amazônia colonial, destacando a maneira pela qual os espaços urbanos da região foram sendo constituídos ao longo do século XVII.

Palavras-chave: Cidades; Amazônia; séculos XVII e XVIII.

Abstract: This article focuses on the cities and towns of colonial Portuguese Amazon region, stressing the many ways by which the urban areas of the region were constituted throughout the seventeenth-century.

Key-words: Cities; Amazon region; seventeenth and eighteenth centuries

Em comparação com o traçado e perfil geométrico das cidades castelhanas, os centros urbanos portugueses parecem, de modo geral, mais improvisados. Essa é a conclusão de parte da historiografia especializada.¹ Já para outros autores, o final do século XVII marcaria uma nova fase em termos de rigor urbanístico luso. Nesse período, o planejamento de certas cidades portuguesas já poderia ser comparado com o rigor matemático encontrado nas Índias de Castela.² Entretanto, no século XVI e inícios do século XVII, o improvisado da vida em Conquista parece evidente nas construções baixas e rústicas das novas cidades do Atlântico Sul, apesar do empenho de homens como Francisco Frias, engenheiro-mor do Estado do Brasil, que atuou em Pernambuco e no Maranhão. De qualquer forma, assim como o

* Esta pesquisa conta com o apoio da FAPESPA e do CNPq.

** Professor do Departamento de História da *Universidade Federal do Maranhão*. Doutorando em História pela *Universidad de Salamanca*, bolsista da CAPES.

*** Professor da Faculdade de História da *Universidade Federal do Pará*.

funcionamento do corpo burocrático, a ocupação portuguesa dos territórios no mundo obedecia a um padrão imperial, muitas vezes acomodado às circunstâncias locais. É reconhecida a preferência lusa por cidades localizadas em acidentes geográficos, protegidas, de um lado, por pântanos, morros, rios e, de outro, por ilhotas perigosamente próximas a bancos de areia, capazes de conter o ânimo das invasões corsárias. Nesse sentido, na capitania do Maranhão, a cidade de São Luís e a vila de Alcântara contemplariam as duas grandes funções dos antigos centros urbanos portugueses: a proteção contra os invasores, estrangeiros e nativos; e a navegabilidade que ensejaria uma possível participação nas rotas comerciais atlânticas. A localização e características próprias ao sítio da cidade de São Luís, por exemplo, parecem semelhantes ao padrão das cidades do restante do Império português do período. Não por acaso, numa representação cartográfica feita em 1615, ano da conquista portuguesa de São Luís, a ilha onde está localizada a cidade aparece em contornos hidrográficos e topográficos semelhantes aos da ilha de Goa, capital do Império português na Índia. A representação é assinada por João Teixeira Albernaz I, cartógrafo da Casa da Mina e Índia, membro de uma tradicional família de cosmógrafos.³

Patrimônio Mundial da UNESCO desde 1997, pela importância e homogeneidade de seu conjunto arquitetônico, a primeira capital do Estado do Maranhão e Grão-Pará, São Luís possuía um cenário bem diverso dos casarões, solares e sobrados ornados por azulejos, ambiente familiar após o final do século XVIII. Tal como já foi dito, o início de sua intervenção urbana se assemelha às condições improvisadas do começo das cidades do Estado do Brasil. Este cenário era composto, via de regra, por igrejas e prédios públicos construídos em taipa, barro e palha. As técnicas rudimentares também faziam parte do primeiro ambiente urbano encontrado nas cidades da América portuguesa. Nesse sentido, era comum na busca de edificações mais constantes, misturar a argamassa, segundo as possibilidades locais, com palha e cascalhos. Também no litoral entravam na mistura substâncias gordurosas, para impermeabilizar, com cobertura de capim ou de sapé.⁴ As edificações em pedra, por seu turno, esbarravam no problema da falta de recursos e de especialistas nesse tipo de construção. Tais dificuldades deram margem a diversas solicitações e queixas por parte dos oficiais da

Câmara de São Luís. Em 1624, em carta enviada ao rei Filipe III, a Câmara protesta contra a pobreza crônica e falta de aparelhamento da região, queixa reiterada nas décadas seguintes.⁵

No caso dos centros urbanos da capitania do Maranhão, é bom lembrar que estamos falando de um microcosmo que pouco se assemelharia ao que teremos já no final do século XVIII. Em carta enviada a Felipe III, o governador Bento Maciel Parente informa que, em 1637, existiam na cidade de São Luís e arredores 250 moradores e 60 soldados.⁶ Segundo perspectivas ainda imprecisas, em 1648 teríamos um número de 400 portugueses e 80 soldados em toda a Capitania. Esse número passaria para 700 indivíduos já em 1658.⁷ Por isso, o cronista jesuíta João Felipe Bettendorf afirma, referindo-se à primeira metade do século XVII, não ser a cidade de São Luís “coisa de consideração”, não mais que uma pequena fortaleza cercada por um muro estratégico.⁸ Aqui Bettendorf também faz referência ao muro criado por Bento Maciel Parente para reforçar a proteção da cidade. Essa trincheira, como seria chamada depois, circunscrevia a Sé, o colégio dos jesuítas, a Câmara, e o Palácio dos Governadores, mas deixava desprotegidos os conventos do Carmo e o de Santo Antônio. O sítio primordial da cidade, estabelecido sobre uma ribanceira com ampla visão sobre a baía, estava localizado na mediação entre os rios Anil e Bacanga. O padre Bettendorf nos apresenta no mesmo texto dois momentos da cidade de São Luís. O primeiro corresponde ao início de sua ocupação portuguesa, uma cidade com poucas ruas, habitantes e prédios públicos que, como outros centros urbanos do Império, crescia à sombra do próprio Forte. Num segundo momento, o cronista jesuíta atesta seu rápido crescimento no final do século XVII. Em 1693, já era “cidade bastante”, com cerca de 600 famílias. Nessa nova fase, marcada pela constante lembrança da reconquista aos holandeses, a cidade já tinha numa mesma “praça”, o Forte (reerguido em pedra e cal) e uma Câmara nova. Quatro casas religiosas reformadas ajudavam a compor este cenário antigo. Eram elas: o colégio da Companhia de Jesus, o convento de Santo Antônio, e o convento de Nossa Senhora do Carmo. Mais ao sul da cidade ganhava destaque o convento de Nossa Senhora das Mercês. Não há muitas informações coevas sobre o material utilizado na edificação desses prédios ou da técnica utilizada na sua construção. É significativo que o padre Bettendorf, embora elogie a

feição geral dessas construções, admita que nenhuma delas equiparava-se a estrutura da antiga igreja de Nossa Senhora da Luz, da Companhia de Jesus, que tinha o seu corredor norte edificado em pedra.⁹

O castelo de São Felipe, antes conhecido como Forte São Luís, que de fato deu nome à cidade, possui, pelo menos, duas representações célebres. A primeira, em planta e prospecto holandês de Gaspar Barleus (1584-1648)¹⁰, depois, na cópia feita pelo frei João José de Santa Teresa na sua *Istoria delle guerre del Brasile accadute tra la Corona di Portogallo e la Republica di Olanda*, de 1698. Essa última obra registra o plano geral da cidade. Tal como outros centros urbanos do Império, São Luís formava um tabuleiro de xadrez que a partir do Forte interligava algumas ruas a uma praça central (hoje D. Pedro II). A planta de Santa Teresa registra certas minúcias, como as cinco ruas principais fora da cidadela criada por Bento Maciel Parente. Dentre estas vias, pode-se ler o nome *Strada Maestra* que seria traduzido mais tarde como “Rua Grande”.¹¹ Sobre o Palácio dos Governadores, sua construção parecia de tal modo rústica que muitos queixavam-se da quase total ausência de conforto interno, como fez ainda no século XVIII o governador Alexandre de Souza Freire (1728-1732).¹² Ao longo dos dois primeiros séculos, o plano urbano de São Luís seria pouco a pouco alterado em intervenções sucessivas e constantes, bem como a natureza ao seu redor.¹³ Tais modificações são, ocasionalmente, registradas em cartas, relações e crônicas do período. Em 1759, outro padre jesuíta, José de Moraes, dava uma idéia dessas mudanças ao falar das dificuldades que encontravam as grandes embarcações quando tentavam adentrar o canal que dá acesso à cidade (depois da “Ponta d’Areia”), em virtude dos seguidos aterramentos que acabaram por estreitar demasiadamente a passagem.¹⁴

Era comum, também, que os prédios do período passassem por incontáveis reformas. Foi o que ocorreu, aliás, com o colégio dos jesuítas, de Nossa Senhora da Luz. Erigido em 1627, foi reedificado em 1659, depois em 1681, para ser novamente demolido em 1761.¹⁵ Essa sucessão de reformas, ensejadas também pelo clima chuvoso e úmido da região, revela muito sobre os imprevistos da vida nas regiões novas do Império português. Ao escrever a sua “Relação histórica e política dos tumultos que sucederam na cidade de S. Luiz do Maranhão”, em 1692, Francisco Teixeira de Moraes relata que os primeiros habitantes

portugueses da cidade de São Luís edificaram casas cujas paredes e teto eram “tudo de palmas bravas, a que chamam de pindoba”, das quais “ainda hoje permanecem algumas renovadas”, parecendo “mais pastoris albergues de montanha, que edifícios condignos de cidade”. Com o tempo, entretanto, passaram a fabricá-las de “taipa de pilão, com sua telha vã sobre mal polida madeira”.¹⁶ Por ocasião do fim da chamada *revolta de Beckman*, em 1685, o desembargador que devassara da insurreição chegara a queixar-se que alguns dos culpados no levante, que tinham a pena mais leve, se poderia prender se houvesse cadeia, porque “a que há na cidade são duas casinhas de taipa em que só podem caber até seis pessoas”.¹⁷

A falta de homens práticos nos ofícios necessários às construções mais sólidas era algo especialmente sensível nos primeiros tempos de ocupação portuguesa. Consta que, em 1627, para as obras do colégio dos jesuítas (antiga Nossa Senhora da Luz e atual Palácio Episcopal), o padre Luís Figueira, então provincial da Ordem no Maranhão, tenha utilizado os prestimosos serviços de “índios oficiais”, trazidos de Pernambuco. Dentre estes, o mais célebre foi o índio Principal Gregório Mitagaia. Segundo, ainda, o padre José de Moraes, o corredor norte do colégio, feito em pedra, enquanto o próprio Palácio dos Governadores era de taipa de pilão, foi erigido com grande engenho, justificando a confiança que o padre Figueira tinha em Mitagaia e seus dotes de construtor.¹⁸ Na verdade, era comum que nas novas conquistas as primeiras construções fossem erguidas graças à técnica de índios ensinados por missionários. O mesmo ocorria com o ornamento, a fabricação de imagens e de instrumentos próprios aos sacramentos.

Portanto, numa perspectiva geral, a cidade de São Luís não está em desacordo com o padrão encontrado em outras partes do Império português, apesar dos debates em torno de sua fundação francesa (1612), caro aos ensaístas do século XIX. Em termos de estratégia de ocupação, São Luís é tão portuguesa quanto o Rio de Janeiro, Salvador, Belém, ou mesmo Goa e Luanda.

Na baía de São Marcos, a quatro léguas de distância de São Luís, temos outro exemplo do padrão de ocupação português. Trata-se da vila de Santo Antônio de Alcântara, antiga aldeia de Tapuitapera da nação Tupinambá. A região onde está localizada Alcântara é a “Terra Firme”, como eram conhecidos os territórios continentais próximos às

ilhas habitadas. A sede da nova Capitania de Cumã, doada em 1627 a Antônio Coelho de Carvalho, era conhecida também pelas valiosas jazidas de sal, desejadas pelos holandeses.¹⁹ Alcântara está também localizada em ponto estratégico, do outro lado da baía de São Marcos num sítio cercado por morros e vales. Tal como vimos, esses requisitos seguem as duas funções primordiais das cidades do Império: proteção e navegabilidade. Não por acaso, nos séculos XVII e XVIII, Alcântara era escala importante das embarcações que faziam a “carreira” entre São Luís e Belém, Belém e São Luís. Sua população também não era expressiva. Em 1650, dois anos depois de ganhar a condição de vila, teria 300 moradores. De fato, há poucos registros seguros sobre a sua população e as suas primeiras construções. Os mesmos problemas encontrados em São Luís, via de regra, eram evidentes na vila de Alcântara: falta de recursos, homens de ofícios, material próprio a construções mais sólidas. No final do século XVII, a vila já tinha uma igreja de pedra e cal (freguesia, mais tarde Matriz de São Matias), em frente à Câmara, e dois conventos: Nossa Senhora do Carmo e Nossa Senhora das Mercês. Entretanto, essas construções, iniciadas na primeira metade do século XVII, demoravam bastante tempo para serem concluídas, devido à crônica falta de recursos. Foi o que ocorreu com o convento do Carmo. Iniciado por volta de 1661, só foi concluído anos depois; já em 1691 precisava de reparos. O mesmo ocorreu com o convento dos mercedários. Tanto que no início do século XVIII já havia sérias preocupações quanto estrutura desses velhos prédios.²⁰ A própria Companhia de Jesus, que não dependia como as outras Ordens mendicantes de recursos diretos da Coroa, só obteria licença para construção de uma casa religiosa em 1716.²¹ Em virtude da relação próxima, comercial, política e social, é difícil não contar a história de Alcântara nos séculos XVII e XVIII sem acentuar a influência de São Luís, também evidente nas edificações. No caso de Alcântara, a maior parte desses prédios não resistiu ao tempo e à decadência econômica que grassou na região no final do século XIX. As ruínas, grande parte da primeira metade dos oitocentos, ainda testemunham uma outra fase do rigor urbanístico luso.

A leste de Alcântara encontravam-se outras capitânias, outras vilas e cidades. Em primeiro lugar, a vila de Sousa, sede da capitania privada do Caeté, que inicialmente se chamara Gurupí, por situar-se junto a este

rio; tempos depois, os moradores se mudaram para o rio Caeté, próximo de onde hoje se localiza a cidade de Bragança, no Pará. Os dados sobre essa pequena vila são praticamente inexistentes, mas fica claro (como será para o resto dos espaços urbanos), que em pouco diferia das condições da vila de Alcântara e da cidade de São Luís. O padre Bettendorf refere-se a ela no final no século XVII, afirmando que tinha igreja e Câmara.²² Junto dela havia igualmente uma residência dos padres jesuítas, de nome São João Batista.²³ Segundo o Padre Domingos de Araújo, em sua crônica escrita nos anos 1720, a casa dos padres, como de costume, era “feita de taipa de pilão, mas com tão boa quadratura e simetria que parecia um coleginho”. A missão dos padres era composta principalmente de índios Pacajá, descidos do rio do mesmo nome.²⁴ Tal qual Alcântara, o Caeté, que não devia ter mais que uma centena de moradores por volta da segunda metade do século XVII, também tinha uma função intermediária entre São Luís e Belém.²⁵ Há várias referências a canoas que aportavam nela fazendo o caminho entre as duas principais (e únicas) cidades da região. Esse fora o caso do capitão-mor do Pará, Sebastião Lucena de Azevedo, que por lá passou em 1648, indo de viagem da capitania do Maranhão para Belém.²⁶

Continuando a leste, chegava-se finalmente a Belém. Cidade como São Luís, é claro que nela florescia uma vida urbana mais intensa, mas nem por isso menos precária durante todo o período colonial. Para começar, por certo tempo, questionou-se se o sítio onde fora fundado a própria cidade seria propício para a localização de uma cidade. Os principais argumentos apontados eram a qualidade dos “ares” e a falta de defesa do lugar, preocupações centrais na fundação das cidades da conquista, como vimos. Em agosto de 1648, o ouvidor Francisco Barradas de Mendonça, por exemplo, escrevia uma carta ao rei de Portugal, dom João IV, afirmando que o “sítio em que se fundou a cidade é enfermo”. Segundo ele, a cidade era “tão enferma e tão alagadiça” que ela devia se mudar para a “banda da Campina”.²⁷ Menos de dez anos depois, pelas mesmas razões, o governador André Vidal de Negreiros sugeria a mudança de Belém para o Marajó, onde havia bom porto, bons mantimentos, além de o sítio ser “sadio”. Segundo informava o rei em uma carta à Câmara de Belém, Vidal de Negreiros lhe havia escrito apontando a “ruim água”, o “clima doentio” e a terra “estéril” da cidade.²⁸ Em julho de 1687, era a vez do governador

Gomes Freire de Andrade indicar que o sítio escolhido pelos “primeiros habitantes” era “muito doentio” e alagado. Para ele, na circunvizinhança de Belém havia “excelentes sítios em que fundar povoação”. Pior ainda, Freire de Andrade destacava o fato de que a praça de Belém era pouco “defensável”.²⁹ Apesar de tantas advertências, a cidade continuou a crescer no mesmo lugar, espalhando-se para os diversos “arrabaldes”. Talvez por essa razão, no final do século XVII, o padre Bettendorf advertisse que se a muitos havia parecido que “a eleição do sítio da cidade do Pará” era um “erro”, agora já não havia mais “remédio”.³⁰

A mudança da cidade para a Campina, argumentava o ouvidor Francisco Barradas de Mendonça, não seria difícil. Como os “moradores que há na cidade são limitados” e as “casas as mais delas térreas e de pindoba”, não haveria problema em construir as casas novamente, “porque a fábrica delas é fácil e de pouco custo”. Além do mais, lembrava o ouvidor, parecia “inconveniente estar a fortaleza muito perto das casas da cidade”.³¹ Referia-se ele ao fato de a cidade de Belém ter se constituído a partir do forte do Presépio. O traçado das primeiras ruas, de fato, nascia da fortificação, internando-se ora para a Campina, ora para a chamada “Cidade”, as duas partes em que se dividia Belém.

A “dependência” da cidade em relação ao forte, denunciada por Barradas de Mendonça, pode ser perfeitamente vislumbrada por ocasião da construção da igreja (de São Francisco Xavier) e colégio (de Santo Alexandre) dos jesuítas. Em 1655, pouco depois da instalação definitiva da Companhia de Jesus na região (até a sua expulsão em meados do século XVIII), os oficiais da Câmara de Belém queixavam-se ao rei que, embora se tivesse assinalado aos padres “sítio muito bom, capaz e bastante para fundarem casa”, logo o haviam abandonado, começando a obra de sua residência e igreja “junto da fortaleza, afastada dela somente vinte braças”. Tal situação ameaçava o forte, pois a igreja dos religiosos ficava “sendo padrasto à dita fortaleza”. Examinando a questão, o Conselho Ultramarino sugeriu que se devia “impedir toda a obra”, pelo “perigo” que poderia resultar à segurança do forte.³² Quase um mês depois, o rei escrevia ao governador do Maranhão ordenando-lhe que averiguasse qual seria o melhor lugar para que os padres construíssem sua igreja e colégio, pois ficava claro que,

apesar do evidente perigo, o capitão-mor do Pará nada havia feito para impedir a tal obra.³³ Um ano mais tarde, a polêmica continuava. Desta vez, era a rainha regente de Portugal que ordenava ao governador que ouvisse os vereadores para poder se decidir sobre a matéria. Nessa carta, apontava-se ainda para o fato de que, além de as obras já estarem muito adiantadas, “no mesmo sítio há outras igrejas, de que se pode recear o mesmo perigo”. Assim, havia, de uma vez, que se decidir o que era melhor, ou mudar-se a fortaleza para outro lugar, “não sendo feita de muita fábrica”, ou então “se mudarem todas as igrejas”.³⁴ Embora não haja mais notícias a respeito da polêmica, a atual localização da antiga igreja e colégio dos jesuítas mostra que era na “Cidade”, próximas à fortaleza que haviam de ficar as demais construções, revelando o poder de atração do forte do Presépio.

Diferentemente das “casas térreas e de pindoba”, em que habitava a maioria da população, seriam justamente os edifícios religiosos que se manteriam em pé com o tempo. Não que nas igrejas não se usassem as mesmas técnicas, comuns em toda a região (como vimos no caso de São Luís). O padre Bettendorf se queixava que os jesuítas tinham chamado para mestre de obras a Cristóvão Domingues, tanoeiro de ofício. Entretanto, pela sua própria profissão, como era “pouco experimentado em taipas de pilão”, o resultado foi que “tão torta” ficou a igreja, que “para endireitá-la foi necessário picá-la pelo meio para a banda dos altares colaterais, com que ficaram as paredes muito delgadas e fracas pelo meio e, por conseguinte, requerendo algum encosto de corredor”.³⁵

Além da igreja dos padres jesuítas, várias outras construções de religiosos existiam na “Cidade” e também na Campina. Naquela parte da cidade estava localizada ainda a matriz (frente ao colégio dos jesuítas), a igreja dos carmelitas e a ermidas de Santo Cristo, de Nossa Senhora do Rosário, e de São João. Na Campina, os conventos dos mercedários, dos franciscanos de Santo Antônio (capuchos) e dos franciscanos da província da Piedade (piedosos). Houve também em Belém um convento dos padres franciscanos da província da Conceição da Beira e Minho, construído a partir de 1706, mas depois demolido, perto do atual Arsenal da Marinha. Entretanto, as construções religiosas, que ainda hoje existem, datam, na verdade, do século XVIII. É só com os trabalhos de reforma e reconstrução nelas empreendidos

(como em tantos outros prédios) a cargo do arquiteto italiano Giuseppe Landi que os prédios ganharam a forma fundamental com que hoje os conhecemos.

Tal qual em São Luís, em razão da qualidade dos materiais e das condições do clima, as igrejas foram constantemente reformadas. O governador do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire, em princípios do século XVIII, escrevia ao rei informando que a igreja dos frades carmelitas em Belém estava “toda arruinada”, por isso a estavam reformando; o mesmo faziam com seu colégio, “por assim o carecerem”; as obras faziam a “custo de seus patrimônios e de algumas fazendas que possuem”.³⁶ Já o colégio jesuítico de Belém, relata o padre Bettendorf em sua *Crônica*, foi inicialmente uma “choupana e igreja de taipa de mão”, que só durou até 1668. Só então foi reformado. Coberto de telha, como estavam “mal encaixados os tirantes”, ficaram as paredes com uma abertura de “quase um palmo e o teto todo abaixado, de sorte que por milagre do céu não matou a todos”. Foi necessário então “tirar a telha e cobri-la de pindoba da terra”, assim ficando até 1670.³⁷ Cristóvão da Costa, entretanto, referia-se tempos depois ao fato de os padres estarem novamente fazendo a igreja, “por se haver arruinado a da primeira fundação”.³⁸

As demais casas públicas ou de particulares de Belém, pelas poucas referências que sobre elas há, eram geralmente de “taipa de pilão” e cobertas de pindoba ou telha. Nem sempre eram casas térreas. Em finais do século XVII, por exemplo, Pedro da Silva e sua mulher, Ângela da Silva, moradores de Belém, fizeram uma doação aos padres capuchos de “três moradas de casas, uma de sobrado e duas térreas e cobertas de telha junto da praia”.³⁹ Cadeia não houve em Belém por muito tempo, tal como em São Luís. Em 1655, o capitão-mor do Pará, Aires de Sousa Chichorro, informava em carta ao rei que os presos ficavam detidos no forte, por não haver cadeia.⁴⁰ Quase dez anos depois, o próprio Conselho Ultramarino reclamava da falta de cadeia, e sugeria ao rei que se fizesse a custa dos moradores, “cada um segundo suas possibilidades”, para evitar “as contínuas desordens e faltas da execução da justiça, que por não haver cadeia se experimenta”.⁴¹

A Câmara e os governadores que passaram a viver em Belém, a partir dos anos 1670 (apesar de São Luís ser a “cabeça” do Estado), tiveram edificações seguramente mais sólidas que a maioria das

habitações da população. Em 1682, os vereadores de Belém escreviam ao rei explicando-lhe que em virtude de não haver “casa certa” para os governadores, estes tomavam “as que melhor lhes pareciam”, razão pela qual os “moradores não tratavam de fazer casas nobres”, com medo que lhes fossem apossadas pelos governadores. Assim, resolveram por sua conta arcar com os custos da construção.⁴² A casa dos governadores, informavam os vereadores da década de 1720, era um sobrado, e nela, “numa loja debaixo da casa, onde moram os criados”, o governador Inácio Coelho da Silva (1678-1682) mandara construir “duas casinhas que, por serem semelhantes às da Inquisição lhe deram este nome”. De fato, queixavam-se os oficiais da Câmara, nelas, que mais pareciam “masmorras, pois o são pela escuridade”, mandavam-se prender até cidadãos, “por qualquer causa”.⁴³ Este “palácio do governador”, como o chama o padre Bettendorf, também seguia o padrão da terra, e, nos dizeres deste religioso seria “assaz grandioso se fosse de pedra e cal, e não de taipa de pilão”. A casa da Câmara localizava-se na “Cidade”, na segunda rua que saía do forte, em frente à praça para a qual davam tanto a igreja dos jesuítas como a matriz. Na “banda” da Campina, ainda segundo o relato do Padre Bettendorf, situavam-se o armazém real e a Santa Casa de Misericórdia.⁴⁴

Adentrando no território da capitania do Pará, encontram-se várias e pontuais edificações, principalmente religiosas. A vila da Vigia contou já no século XVIII com algumas igrejas de pedra, como a dos padres jesuítas, existente até hoje. Desde o final do século XVII, os padres jesuítas tinham também pequenas igrejas em diversas residências espalhadas ao longo de toda a Amazônia. A *Crônica* do padre Domingos de Araújo refere-se ao auxílio aos padres pelo primeiro bispo do Maranhão, Dom Gregório dos Anjos, que na aldeia de Maracanã, “deu-lhes com que fizessem uma igreja de taipa de pilão coberta de telha”.⁴⁵ Em uma viagem empreendida pelo padre jesuíta João de Soutomaior ao rio Pacajá, o religioso relata a jornada que fez a uma aldeia dos índios Ganapu, sob administração da Companhia de Jesus. Atacada por outra nação indígena, “daquela populosa aldeia”, escrevia o padre, “não restam mais que três pequenas casas, que achei começadas a cercar, com uma forte tranqueira”. Também encontrou as “ruínas da igreja (que era de taipa) e da aldeia antiga, que mostram foi grande”.⁴⁶ Viajando pelo rio Xingu em 1872, Domingos Soares Ferreira Penna encontrou “restos da

velha capela construída por artistas indígenas há cerca de 170 anos, algum tempo depois que as aldeias do Xingu, missionadas pelos padres da Piedade, passaram à administração dos jesuítas”.⁴⁷ Em Cametá, capitania de donatário, os padres tinham uma igreja de invocação de São João Batista (essa era a igreja da aldeia de São João Batista, de mesmo nome da igreja da vila). Seguramente feita de taipa, nela foram enterrados alguns religiosos, como o padre Francisco Veloso, “sepultado junto à capela-mor daquela igreja no ano 1660”.⁴⁸

É claro que não somente os jesuítas construíram pequenas igrejas em suas residências nas aldeias de índios, ou edificações maiores nas vilas de portugueses, como Vigia e Cametá. Em finais do século XVII, os carmelitas, por exemplo, procuravam reedificar um convento “arruinado” que tinham na fortaleza do Gurupá.⁴⁹ Aliás, anexa à fortaleza, o capitão-mor dela, Manuel Guedes Aranha, havia mandado construir “umas boas casas” que serviriam para os padres que ocupassem e reedificassem o convento.⁵⁰ Missionários na região do rio Urubu, os padres da Piedade edificaram várias igrejas, como as das missões do Anibá, do Matari, do Caribi e “três igrejas novas muito bem feitas” na missão do Urubu, como relata um cabo-verdiano de nome José Lopes que auxiliava os padres nos sertões amazônicos.⁵¹

Pouco ou nada resta desse mundo construído fundamentalmente à base da taipa de pilão e de pindoba. Embora muitas construções, mormente naquelas onde se expressava o poder do rei, da Câmara ou das ordens religiosas, tivessem sido levantadas com fundamentos mais sólidos, o fato é que, hoje em dia, a arquitetura das cidades, vilas e aldeias da Amazônia seiscentista nada nos legou desse passado em que os portugueses construíram suas edificações, valendo-se do trabalho de índios, africanos e mestiços (livres ou escravos), adaptando-se às precárias condições que a vida na Amazônia lhes impunha.

Artigo recebido em junho de 2009

Aprovado em setembro de 2009

NOTAS

- ¹ HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983, p. 61; MARX, Murillo. *Nosso Chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: EdUSP, 1988.
- ² DELSON, Roberta Mary. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia*. Planejamento espacial e social no século XVII. Brasília: Alva-Ciord, 1997; BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 175.
- ³ ALBUQUERQUE, Luís de. *Dicionário dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Estampa, p. 33.
- ⁴ BARDI, P.M. *História da arte Brasileira. Pintura, escultura, arquitetura, outras artes*. São Paulo: Melhoramentos, 1975, p. 26.
- ⁵ “Carta dos oficiais da Câmara de São Luís do Maranhão ao rei Filipe III”. São Luís, 10 de fevereiro de 1624. *Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]*, Maranhão (Avulsos), caixa 1, doc. 77.
- ⁶ “Bento Maciel Parente informa Filipe III sobre o número de moradores e soldados existentes na província do Maranhão e da necessidade de socorros”. Lisboa, 4 de fevereiro de 1637. *Annaes da Bibliotheca Nacional de Rio de Janeiro*, vol. 26 (1904), p. 359.
- ⁷ MARQUES, Augusto César. *Dicionário Histórico-Geográfico do Estado do Maranhão*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Fon-Fon e Seleta, p. 518.
- ⁸ BETTENDORFF, João Felípe, SJ. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão [1698]*. Belém: SECULT, 1990, p. 17.
- ⁹ *Ibidem*, pp. 17-18.
- ¹⁰ BARLEUS, Gaspar. *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício de Nassau [1647]*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1974.
- ¹¹ AMARAL, José Ribeiro do. *O Maranhão Histórico*. São Luís: GEIA, 2003, p. 72.
- ¹² LIMA, Carlos de. *Caminhos de São Luís: ruas, logradouros e prédios históricos*. São Paulo: Siciliano, 2002, p. 62.
- ¹³ MARTINS, Ananias. *São Luís. Fundamentos do Patrimônio Cultural*. São Luís, 2005.
- ¹⁴ MORAES, José de, SJ. *História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará [1759]*. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987, p. 16.
- ¹⁵ CRUZ, Ernesto. *Igrejas e Sobrados do Maranhão (São Luís e Alcântara)*. Rio de Janeiro: Livro de Portugal.S.A, 1953, p. 24.
- ¹⁶ MORAES, Francisco Teixeira de. “Relação histórica e política dos tumultos que succederam na cidade de S. Luiz do Maranhão” [1692]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 40 (1877), pp. 95-96.

- 17 “Carta do desembargador sindicante Manuel Vaz Nunes para o Conselho Ultramarino”. São Luís, 26 de junho de 1685. *AHU*, Maranhão (Avulsos), caixa 6, doc. 719.
- 18 CRUZ. *Igrejas e Sobrados do Maranhão (São Luís e Alcântara)*, p. 98.
- 19 CASCUDO, Luís Câmara. *Geografia do Brasil Holandês*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 285.
- 20 LOPES, Antônio. *Alcântara: subsídios para a história da cidade*. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1957, pp. 252-263.
- 21 VIVEIROS, Jerônimo de. *Alcântara, no seu passado econômico, social e político*. São Luís: AML/ALUMAR, 1999, p. 46.
- 22 BETTENDORFF. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 21.
- 23 “Consulta da [Junta do Estado do Maranhão] ao rei D. Pedro II” . 13 de outubro de 1686. *AHU*, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 751.
- 24 ARAÚJO, Domingos de. “Chronica da Companhia de Jesus da missam do Maranham”. 1720. *Biblioteca Pública de Évora [BPE]*, códice CXV/2-11, ff. 228v e 235v.
- 25 HERIARTE, Maurício de. “Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas” [1662-1667]. Edição de Rodolfo Garcia. In: Francisco Adolfo de VARNHAGEN. *História geral do Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1934, vol. III, p. 217.
- 26 “P.^a o mesmo Fran.^{co} Coelho de Carv.^o”. 27 de janeiro de 1648. *AHU*, códice 275, ff. 130v-131.
- 27 “Carta de Francisco de Barradas de Mendonça para dom João IV”. Belém, 4 de março de 1648. *AHU*, Pará (Avulsos), caixa 1, doc. 72.
- 28 “P.^a os off.^{es} da Cam.^{ra} do Parâ. Sobre a mudança daq[ue] Cid.^e p.^a a Ilha dos Joannes”. 17 de junho de 1656. *AHU*, códice 275, f. 272v.
- 29 “Carta de Gomes Freire de Andrade para dom Pedro II”. Belém, 19 de julho de 1687. *AHU*, Pará (Avulsos), caixa 3 doc. 263.
- 30 BETTENDORFF. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 24.
- 31 “Carta de Francisco de Barradas de Mendonça para dom João IV”. Belém, 4 de março de 1648. *AHU*, Pará (Avulsos), caixa 1, doc. 72.
- 32 “Consulta do Conselho Ultramarino a Dom Pedro II”. 19 de maio de 1655. *AHU*, Pará (Avulsos), caixa 2, doc. 94.
- 33 “P.^a o g.^{or} do Maranhão. Sobre os P.^{es} da Comp.^a e mudança que fizeraõ de sitio na capitania do Pará”. 5 de junho de 1655. *AHU*, códice 275, f. 254v.
- 34 “Carta régia sobre a construção da igreja e colégio dos padres jesuítas”. 17 de outubro de 1656. *AHU*, Pará (Avulsos), caixa 2, doc. 104.

- ³⁵ BETTENDORFF. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 247.
- ³⁶ “Not.^a do Estado Ecclesiastico do Mar.^{ão}”. BPE, códice CXV/2-15, f. 157.
- ³⁷ BETTENDORFF. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p. 75.
- ³⁸ “Not.^a do Estado Ecclesiastico do Mar.^{ão}”. BPE, códice CXV/2-15, f. 157.
- ³⁹ “Pertence ao Padroado do conv.^{to} de Bethlem do Graõ Pará”. 1697. *Direção-Geral de Arquivos/Torre do Tombo*, Província de Santo Antônio, Província, maço 18, n^o 28.
- ⁴⁰ “Carta de Aires de Sousa Chichorro para Dom João IV”. Belém, 28 de fevereiro de 1655. AHU, Pará (Avulsos), caixa 2, doc. 90.
- ⁴¹ “Consulta do Conselho Ultramarino a Dom Afonso VI”. 24 de fevereiro de 1663. AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 4, doc. 465.
- ⁴² “Consulta do Conselho Ultramarino a Dom Pedro II”. 2 de março de 1682. AHU, Pará (Avulsos), caixa 3, doc. 201.
- ⁴³ “Carta dos oficiais da Câmara de Belém ao rei Dom João V”. Belém, 28 de julho de 1721. AHU, Pará (Avulsos), caixa 7, doc. 585.
- ⁴⁴ BETTENDORFF. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, pp. 22-23.
- ⁴⁵ ARAÚJO. “Chronica da Companhia de Jesus da missam do Maranhã”, f. 229.
- ⁴⁶ SOUTOMAIOR, João de, SJ. “Descobrimento do ouro”. 1656. *Documentos dos arquivos portugueses que interessam ao Brasil*, n^o 8 (Julho 1945), p. 1.
- ⁴⁷ PENNA, Domingos Soares Ferreira. *Notícia geral das comarcas de Gurupá e Macapá*. Pará: Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874, p. 13.
- ⁴⁸ “Livro dos obitos dos religiosos da Comp.^a de Jesus pertencentes a este Coll.^o de S.^{to} Alexandre = anno 1737”. *Biblioteca Nacional de Portugal*, Coleção Pombalina, n^o 4, f. 2.
- ⁴⁹ “Pera o g.^{or} do Estado do Maranhão. Sobre a rredificação do convento do Carmo que se arruinou, e se pedir informação”. 19 de outubro de 1690. AHU, códice 268, f., ff. 72-72v.
- ⁵⁰ “Consulta do Conselho Ultramarino a Dom Pedro II”. 10 de fevereiro de 1693. AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 8, doc. 861.
- ⁵¹ “Consulta do Conselho Ultramarino a Dom Pedro II”. 17 de janeiro de 1701. AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 10, doc. 1045.